



## Dicionários escolares como instrumento para a formação cidadã do estudante

### *School Dictionaries as an Instrument for the Citizen Formation of the Student*

Laiza Rodrigues Oliveira

Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT), Araguaína, Tocantins / Brasil

laiza.tavares3@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-7244-6103>

**Resumo:** No presente trabalho há um estudo conciso em Ciências do Léxico, em que é definido o conceito de léxico segundo a lexicóloga Maria Tereza Biderman e como se dá a dicionarização do léxico de acordo com a linguista Maria da Graça Krieger. Posteriormente, aborda-se uma breve história da produção lexicográfica e, logo após, os pressupostos da Lexicografia Pedagógica com o suporte do Programa Nacional do Livro Didático - Dicionários (2012) e da Base Nacional Comum Curricular (2017). Tal movimento tem o intuito de mostrar que, para além das contribuições no que tange à expansão do conhecimento vocabular e linguístico, os dicionários escolares também colaboram para a formação cidadã dos estudantes. Logo, os professores devem fazer uso desse instrumento levando em consideração as múltiplas possibilidades de ensino e aprendizagem que a materialidade discursiva das obras lexicográficas escolares proporciona, e que auxilia na formação e representação do aluno enquanto cidadão.

**Palavras-chaves:** discurso; ensino; léxico; lexicografia.

**Abstract:** In the present work there is a concise study in Lexicon Sciences, in which the concept of lexicon is defined according to the lexicologist Maria Tereza Biderman and how the lexicon is dictionarized according to the linguist Maria da Graça Krieger. Subsequently, a brief history of lexicographical production is approached and, soon after, the assumptions of Pedagogical Lexicography with the support of the National Textbook Program - Dictionaries (2012) and the National Common Curricular Base (2017). This movement aims to show that, in addition to the contributions regarding the expansion of vocabulary and linguistic knowledge, school dictionaries also collaborate

for the citizenship education of students. Therefore, teachers must make use of this instrument, taking into account the multiple possibilities of teaching and learning that the discursive materiality of school lexicographical works provides, and which helps in the formation and representation of the student as a citizen.

**Keywords:** discourse; lexicography; lexicon; teaching.

Recebido em 09 de julho de 2022

Aceito em 18 de setembro de 2022

## 1 Léxico e dicionarização

Pretendemos, neste tópico, compreender a definição de ‘léxico’, o processo e a importância da dicionarização do mesmo. Posteriormente, apresentar um breve panorama histórico da produção lexicográfica, em que é possível observar que o dicionário é um instrumento de conhecimento sobre a língua, a história e a cultura das civilizações. As obras lexicográficas registram de maneira sistemática o léxico de uma língua. Por conta dessa característica, elas contribuem para diversas áreas do conhecimento como, por exemplo, para a educação. Com base nisso, aludiremos também sobre a lexicografia pedagógica e o papel do dicionário escolar como instrumento para a formação da cidadania nos tópicos subsequentes.

Segundo Biderman (2001, p.14), “o léxico de uma língua natural pode ser identificado como o patrimônio vocabular de uma dada comunidade linguística ao longo de sua história”. Isso significa que o léxico reflete um segmento de profunda importância para o processo de manutenção da linguagem, constituindo lugar de destaque para a análise dos fenômenos linguístico-culturais que perpassam diferentes conjunturas. Um léxico não é isso ou aquilo, mas *está* nessa ou naquela formação discursiva. Portanto, o léxico “é sempre um retrato possível da realidade da língua, e não a própria língua” (BRASIL, 2012, p.12).

Consequentemente, o léxico transparece o pensamento da sociedade no decorrer do progresso da evolução histórica, sendo, pois, um produto histórico-social. Nesse ponto de vista, podemos dizer que, pelo fato de o léxico estar junto da humanidade em toda a sua trajetória

existencial, ele estabelece um dos aspectos linguísticos mais abertos ao devir. Biderman (2001) corrobora essa colocação da seguinte forma:

O léxico de uma língua natural constitui uma forma de registrar o conhecimento do universo. Ao dar nomes aos seres e objetos, o homem os classifica simultaneamente. Assim, a nomeação da realidade pode ser considerada como a etapa primeira no percurso científico do espírito humano de conhecimento do universo. [...] Foi esse processo de nomeação que gerou o léxico das línguas naturais (BIDERMAN, 2001, p.13).

De acordo com o Plano Nacional do Livro Didático - PNLD Dicionário 2012, o léxico se estabelece de três maneiras: sentido; forma; forma e sentido. As relações de sentido dizem respeito às palavras que estão no mesmo campo temático, são sinônimas ou antônimas entre si; as relações de forma se referem aos “vocábulos que são homônimos ou parônimos um do outro, ou que apresentam as mesmas sílabas ou os mesmos fonemas, mas dispostos em ordens diferentes” (BRASIL, 2012, p. 11); finalmente, relação de forma e de sentido corresponde às palavras da mesma família, com o mesmo radical.

Nesse aspecto, “dicionarizar o léxico é a difícil missão assumida pela prática lexicográfica” (KRIEGER, 2020, p.24). O instrumento lexicográfico é, como pontua Krieger (2020, p.25), “a única obra, o único lugar que registra de forma sistemática e ordenada o repertório léxico de uma língua”. Dicionarizar o léxico de uma língua pressupõe um trabalho exaustivo e sistematizado, em que o lexicógrafo irá, inicialmente, “reunir as palavras e expressões dispersas de um idioma e lhes dar visibilidade e acesso à consulta” (KRIEGER, 2020, p.24). Ressalta-se que “o léxico é dinâmico e o registro ou a dicionarização de sua totalidade é um ideal inatingível” (KRIEGER, 2020, p.25). Ainda sobre esse assunto, a autora destaca:

Lexicografar no seu todo equivale a dicionarizar, ato sistematizado pelo sentido de incluir e organizar, mas com critérios e princípios maiores, sintetizados pela frequência de uso das palavras e expressões da língua e pelo princípio semântico da semasiologia, que parte do signo em direção ao significado (KRIEGER, 2020, p. 27).

Dessa forma, o léxico pode ser dicionarizado de duas formas: geral e especializada. Isso significa que, respectivamente, lexicografam-se

palavras gerais que estão atreladas a quaisquer formações discursivas do dia a dia; e dicionarizam-se termos específicos relacionados ao âmbito técnico-científico e profissional. Por conta da amplitude de aspectos do léxico, que se mostram concomitantemente interligados, foi que surgiram as Ciências do Léxico que se distribuem em: Lexicologia, Lexicografia, Terminologia e Terminografia.

Em virtude dos propósitos teóricos deste artigo, discutiremos apenas o segmento da Lexicografia, não desconsiderando a relevância das demais ciências. Dito isso, a Lexicografia é a prática e/ou ciência que se dedica ao estudo da maneira como as obras lexicográficas de língua geral são produzidas, realizando também análise dos materiais já existentes, dos critérios científicos, das tipologias etc., como também o estudo de métodos e princípios teórico-práticos relativos à estruturação e uso desse instrumento didático. Nesse sentido, Krieger (2020) descreve alguns aspectos que devem ser observados durante o processo de dicionarização:

Os primeiros itens – princípios, critérios e formas de registro – dizem respeito à definição da estrutura organizacional dos dicionários; cobrem, desse modo, a composição da nomenclatura, componente determinado pelo critério de frequência. Por sua vez, esse critério delinea a natureza semasiológica do fazer lexicográfico. Já os itens relacionados às informações gramaticais, semânticas e as relativas às marcas de uso respondem pela observação de elementos da língua e da linguagem, considerando as descrições e o correspondente tratamento do léxico que cada obra adota (KRIEGER, 2020, p.18).

Durante toda a existência do dicionário, houve maneiras diferentes de dicionarizar o léxico, propósitos e circunstâncias distintas. Ao longo da história, nem sempre os critérios de dicionarização foram tão bem definidos como hoje. Por esse motivo, precisamos realizar um sucinto percurso histórico da produção lexicográfica para, posteriormente, nos debruçarmos mais minuciosamente à compreensão da Lexicografia, especialmente da Lexicografia Pedagógica.

## **2 Um breve panorama histórico da produção lexicográfica**

Para iniciarmos esta discussão, é necessário entendermos que o dicionário não é um instrumento recente, embora não fosse, na Antiguidade, produzido nos mesmos moldes de hoje. O surgimento dos

primeiros manuscritos, que anos depois contribuiriam para a formação de glossários e dicionários, ocorreu entre os acádios (DIAS; BEZERRA, 2010). A princípio, essa civilização utilizava lista bilíngue de palavras, cujo propósito era voltado para atividades mercantis. Outros povos antigos também faziam uso das listas de palavras, organizadas em ordem alfabética, para fins variados. Conforme Auroux (2014), supunha-se que tais listas serviam para propósitos educacionais, como podemos observar a seguir:

O que aparece em primeiro lugar são as listas de palavras (ou de caracteres para os chineses). Sua utilidade não é muito clara no início; elas têm talvez um papel mnemotécnico e, no caso dos silábicos, serviram provavelmente ao aprendizado da escrita (AUROUX, 2014, p.24).

Essa técnica de elaboração de listas de palavras pode ser compreendida como dicionarização, pois consiste em um “processo histórico-discursivo de construção dos dicionários” (NUNES, 2006, p.45). A dicionarização é uma prática importante na produção desse instrumento, pois é por meio dela que é possível evidenciar os processos históricos que levam a sua feitura, como também observar técnicas que surgem e se transformam. Nesse contexto, é importante ressaltar que uma das mais antigas atividades linguísticas de estudo, análise e elaboração de dicionários da história é a lexicografia.

De acordo com Dias e Bezerra (2010), as listas lexicais mais populares são as de *Appendix Prodi*, cujo autor é desconhecido, escritas possivelmente em Roma no século III, que relaciona termos do latim vulgar à sua correção no latim clássico. Com base nos estudiosos, outras listas bastante conhecidas, como o glossário de Reichenau e o glossário de Cássel, apresentam assuntos e organização distintos, como pode-se observar a seguir:

[...] o glossário de Reichenau (século VII), constituído de duas partes: uma referente ao texto da Bíblia e outra, sem referência a nenhum texto, onde as glosas estão dispostas em ordem alfabética; e o glossário de Cássel (século IX), em que as palavras estão organizadas em campos semânticos (partes do corpo humano, animais domésticos, vestimentas, utensílios etc.), sem ordem alfabética, estando em uma coluna as palavras desconhecidas e na outra aquelas mais familiares, às vezes tomada à língua da época (DIAS; BEZERRA, 2010, p.27).

Ainda sobre as listas de palavras, indícios mostram que elas foram produzidas na sociedade babilônica desde 3000 a.C. Segundo Nunes (2006), o filósofo sofista Protágoras de Abdere, no século 5 a.C, elabora uma lista de palavras retirando termos difíceis contidas em Homero. Ao passar do tempo, o estudo do léxico e da significação se torna uma necessidade, pois, mais do que criar lista de palavras, é preciso traduzir, transcrever e decifrar textos.

Já na Idade Média, acontece a feitura de dicionários, enciclopédias e glossários em virtude da ascensão do latim como língua de cultura. Conforme Nunes (2006, p. 46), “as Etimologias se situam num lugar intermediário entre o dicionário e a enciclopédia, tomando as palavras por tema”. E uma significativa Etimologia produzida na Idade Média foi a de Isidoro de Servilha no século VI-VII, como mostra o autor:

Composta de vinte livros, contemplava desde as artes liberais, com destaque para o *trivium* (lógica, retórica e gramática), até as artes utilitárias: saber jurídico, teológico, ciências da guerra e do mar, tempo e espaço cotidiano (NUNES, 2006, p. 46).

Além das Etimologias, os glossários foram a base para a criação dos dicionários. A partir do século VI, os glossários eram utilizados para decodificar e interpretar textos gregos e latinos na escola. A partir de então, a lexicografia dá um salto para ser uma disciplina autônoma, pois estava voltada para textos que se comentavam e interpretavam. No século XI, os dicionários medievais do latim eram utilizados apenas por mestres e estudiosos, uma vez que as obras continham textos de difícil manejo (NUNES, 2006).

Os dois dicionários mais conhecidos da época eram: “o Papias, que inclui unidades lexicais descontextualizadas e entradas com enunciados teóricos” (NUNES, 2006, p.47); e o *Catholicon*, de João Balbo de Gênova, “que contém o primeiro léxico latino rigorosamente em ordem alfabética” (DIAS; BEZERRA, 2010, p.28). Tempos depois, no período renascentista, as obras lexicográficas se expandem consideravelmente, sendo produzidos dicionários das línguas maternas e dicionários monolíngues. De acordo com Verdelho (1988 *apud* NUNES, 2006), as principais obras lexicográficas da época foram:

- a) Grandes dicionários do latim. Destaca-se o *Dictionarium seu Linguae Latinae Thesaurus* (1531), de Robert Estienne.
- b) Dicionários bilíngues latim-vernáculo e vice-versa. Salientam-se o *Lexicon Latino-hispânico* (1492) e o *Vocabulário Hispano-latino* (1495), ambos de Nebrija.
- c) Dicionário plurilíngues tendo como base de referência as línguas clássicas. Distingui-se aqui o Calepinus (*Lexicon Latinum, Variarum Linguarum interpretatione adjecta*).
- d) Dicionários especiais de âmbito escolar, dicionários poéticos e pequenos dicionários organizados por temas.
- e) Vocabulários práticos plurilíngues, intervernáculos, ao serviço da comunicação nas relações comerciais e políticas, alheios a qualquer preocupação literária (NUNES, 2006, p.48, grifos do autor).

Os dicionários do Renascimento exerciam um papel significativo na sociedade, pois tratavam de assuntos como administração, viagens, comércio, imprensa, expansão colonial etc. Além do mais, eles tinham o papel de “registrar o uso de algumas línguas em extinção e facilitar a aprendizagem de língua estrangeiras” (DIAS; BEZERRA, 2010, p.28), por isso os dicionários eram bilíngues. Já os dicionários monolíngues do Renascimento “tinham interesse explícito na conservação e imposição da variedade de língua dita ‘cultua’” (DIAS; BEZERRA, 2010, p.28).

Em relação à língua portuguesa, no século XVI, uma obra de grande relevância foi o dicionário de Jerônimo Cardoso, que, conforme expõe Nunes (2006), dividia-se em três módulos: “um vocábulo latim-português, organizado tematicamente; um dicionário alfabético português-latim (1562-1563) e um latim-português (1569-1570)” (NUNES, 2006, p.49). Após a feitura das obras de Jerônimo Cardoso, outras obras lexicográficas foram elaboradas, como as de “Agostinho Barbosa, o *Dictionarium lusitano-latinum* (1611), e a de Bento Pereira, o *Thesouro da Língua Portuguesa*, reeditados até o século XVIII” (NUNES, 2006, p.49).

Outro dicionário que foi um marco na lexicografia portuguesa foi o de Padre Rafael Bluteau, *O Vocabulario portuguez e latino*, o qual foi publicado dez volumes entre 1712 e 1728, sendo a obra de língua portuguesa mais bem-sucedida pela ampla difusão. Um dicionário monolíngue bastante relevante foi o *Dicionário da Língua Portuguesa*, elaborado pelo brasileiro Antônio de Moraes Silva, em 1789 e reeditado até o século XIX.

Essa última obra citada teve influência considerável no Brasil, visto que o autor apresentou um funcionamento discursivo das definições, no qual acrescentou termos de origem indígena. Como sabemos, o dicionário de Moraes teve várias edições, cada uma delas passava por reformas e acréscimos. Como observa Nunes (2006, p.58), “ele exerceu um papel importante na consolidação de uma língua oficial no Brasil e serviu de base para a elaboração de vários dicionários posteriores”.

Notamos que os dicionários de tradição portuguesa exerceram grande influência para a construção das obras brasileiras posteriores. Para isso, os dicionários gerais portugueses passaram a integrar cada vez mais brasileirismos. Produções de obras lexicográficas de brasileirismos vão se tornando cada vez mais extensas com o passar do tempo, caminhando, assim, para futuras elaborações que representarão a língua nacional.

## 2.1 Trajetória do dicionário no Brasil

A lexicografia brasileira aparece com o movimento de expansão das nações europeias, a partir das exploração e colonização do Novo Mundo. Trata-se, pois, da dicionarização em um país de colonização. Tal momento, ao mesmo tempo que indica uma filiação a um saber linguístico europeu, mostra-se fundador de uma outra tradição (NUNES, 2006, p.50).

Como é possível verificar em Nunes (2006), a dicionarização brasileira é marcada pelo processo de colonização e, com isso, podemos pensar também em catequização dos povos indígenas. Há registros de relatos de viajantes e missionários com transcrições, comentários e explicações de palavras indígenas organizadas em listas temáticas. Essa pode ter sido uma das primeiras práticas lexicográficas no Brasil. Segundo Nunes (2006), nesse período, foram produzidas gramáticas em três línguas indígenas: o tupinambá, o kariri e o manau. Do século XVI ao XVIII, foi produzida uma das primeiras obras lexicográficas do Brasil por jesuítas, o dicionário bilingue português-tupi.

Isto é, o *Vocabulário na Língua Basílica* foi um dos primeiros dicionários alfabéticos brasileiro que circulou do século XVI ao século XVIII, com finalidade de instruir os jesuítas à língua indígena para que pudessem catequizar os nativos. Essa obra também estava inserida no contexto escolar, em que os jesuítas ensinavam a língua tupi ao mesmo tempo que ensinavam o português para crianças nas “escolas



de ler, escrever e contar” (NUNES, 2006, p.56). A estruturação desse vocabulário se deu da seguinte maneira:

Um dos únicos dicionários coloniais que traz reflexões sobre o funcionamento da língua indígena, o VLB apresenta comentários gramaticais e discursivos em grande número de verbetes. As entradas são construídas por palavras, sintagmas ou frases. Esse vocabulário serviu a muitas compilações, mas os comentários linguísticos que ele contém raramente foram reintroduzidos em outros dicionários. Tal tipo de saber, onde a situação de enunciação é referida e trabalhada, se restringiu em nossa lexicografia ao período colonial (NUNES, 2006, p.56).

Como foi possível observar, o *Vocabulário na Língua Basílica* foi um instrumento bastante significativo para a época, tornando-se também uma obra de transição entre o interesse geográfico e econômico para o interesse linguístico e religioso, incluindo, portanto, unidades lexicais advindas do discurso religioso, como “padre”, “fé em Deus”, “batizar” etc. (NUNES, 2006, p.56). Outro dicionário bastante significativo é o “*Dicionário Português-Brasílico*, publicado em Lisboa, em 1795” (NUNES, 2006, p.56) pelo Frei Veloso. Essa obra lexicográfica teve seu manuscrito encontrado no Convento do Maranhão, sendo um dicionário da Língua Portuguesa-Língua Indígena constituído da seguinte maneira:

O DPB é um dicionário LP-LI, com entradas em palavras, sintagmas e muito raramente frases. O corpo dos verbetes não contém comentários linguísticos. Apresenta apenas uma sequência equivalente em LI. Foi o primeiro dicionário LP-LI publicado. Iniciou uma série de publicações, no exterior, de dicionários brasileiros e serviu à compilação de muitos outros (NUNES, 2006, p.56).

Estudos voltados para a língua indígena permaneceram por aproximadamente três séculos. Apenas após o início do romantismo brasileiro e da independência que o português do Brasil começou a ser amplamente estudado. O estabelecimento de uma língua nacional que se desvinculasse do Português de Portugal era urgente, uma vez que a mistura de elementos lexicais advindos do contato com a língua indígena e africana legitimavam uma gramatização que contemplasse a realidade linguística da época.

No contexto de início da República, os dicionários bilíngues deixam de ser produzidos pelos jesuítas e passam a ser organizados por autores vinculados ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e à Biblioteca Nacional. Era necessária uma obra que representasse o povo e a fala do recente país, portanto, uma nova formação discursiva passou a ser construída. Em virtude disso, uma história era constituída por meio das línguas brasileiras. Como Nunes (2006) expõe em seu estudo:

Nesse projeto, as línguas indígenas foram representadas pelo “tupi” antigo e pelas chamadas “línguas gerais”, tomadas como documentos de um passado linguístico brasileiro, primitivo e extinto. Com o movimento romântico, essas línguas ganham o estatuto de “línguas mortas”, havendo como que uma celebração fúnebre das línguas indígenas (em particular do tupi) e a louvação de um passado heroico (NUNES, 2006, p.57).

Por volta do século XVIII, após os jesuítas serem expulsos do Brasil, foram encontrados vários materiais linguísticos em arquivos religiosos, que mais tarde foram publicados e analisados. Foi realizado um trabalho árduo por parte dos estudiosos brasileiros e estrangeiros para analisar termo a termo as obras lexicográficas deixadas pelos jesuítas. Esse trabalho se deu “acrescentando e suprimindo termos, atualizando o corpo dos verbetes, introduzindo comentários gramaticais ou mesmo reduzindo os dicionários de caráter enciclopédico a glossários” (NUNES, 2006, p.57). Como podemos observar em Nunes (2006), a dicionarização no Brasil tinha outras finalidades que não as que vinham sendo apresentadas até então pelos europeus:

Em primeiro lugar, os textos de base do saber lexicográfico são outros. Enquanto a lexicografia europeia se desenvolve a partir do estudo de textos antigos, de onde surgem os glossários e mais tarde os dicionários bilíngues latim-vernáculos, no Brasil essa prática não se realiza. Não é texto antigo que serve de fonte para as compilações e as interpretações lexicais. É o relato que produz as primeiras descrições, definições e comentários (NUNES, 2006, p.52).

Com base nisso, podemos perceber que a fonte para a produção de dicionários bilíngues e monolíngues no Brasil entre os séculos XVII e XIX foram os relatos. “Os relatos são um misto de narração épica, ciência natural, documento oficial, saber enciclopédico, literatura de viagem,

retórica, informação, propaganda” (NUNES, 2006, p.52). Outro fator relevante que difere o português brasileiro das demais línguas europeias é a heterogeneidade linguística, quer dizer, a língua indígena influenciou diretamente na formação de elementos lexicais quando “misturada” à língua dos viajantes, como também comentada e explicada por eles. Vejamos o que mostra o fragmento a seguir:

É a língua indígena, tomada sincronicamente, que, de par com o português (ou o alemão, o francês, o latim, conforme a língua do viajante), estabelece a conjunção de língua que servirá de base a uma lexicografia local. Os elementos de línguas indígenas, principalmente do tupi, se inseriram pontualmente nos relatos, formando uma constelação de nomeações, comentadas e explicadas: um bilinguismo orientado para o comentário na língua de origem do viajante (NUNES, 2006, p.52).

No que tange ao modo de circulação dos textos com relatos no Brasil, a falta de uma imprensa dificultou o progresso lexicográfico no período do descobrimento. Já que, por conta da censura religiosa aos livros pagãos, não foi possível estabelecer um sistema que reunisse os autores, obras e leitores. Somente após a política linguística viabilizada pelo Império, que se instaurou o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e a imprensa, que houve uma quantidade expressiva de publicações.

Conforme Dias e Bezerra (2010), os primeiros dicionários efetivamente brasileiros surgiram no século XIX, cujo principal propósito era reunir brasileirismos contidos em listas e glossários diversos. Podemos citar três obras mais importantes da época: Costa Rubim (1853), o *Diccionario Brasileiro para Servir de Complemento aos Diccionarios de Lingua Portuguesa*; Marcedo Soares (1888), o *Diccionario Brasileiro da Lingua Portuguesa*; Beaurepaire Rohan (1889), o *Diccionario de Vocábulos Brasileiros*. Essas obras questionaram indiretamente o caráter purista do português europeu, uma vez que havia grande influência das línguas indígenas e africanas. Os autores tratam essa questão da seguinte maneira:

Esses três dicionários, reunindo palavras “excêntricas” à luz do português europeu (pois são de origem indígena e/ou africana), contribuíram para questionar-se o caráter normativo do dicionário, dando-lhe uma característica mais descritiva. O fato de registrá-las era o reconhecimento de que a língua portuguesa se ampliava, em virtude do momento histórico por que passavam os portugueses

que viviam no Brasil, em contato com os indígenas e os africanos trazidos para cá, e da miscigenação daí decorrente (DIAS; BEZERRA, 2010, p.29).

No século XX, inúmeros dicionários foram produzidos, uns priorizavam a indicação da origem das palavras do português, outros incluíam gírias, termos do campo da literatura, ciência, tecnologia, regional etc. Seguindo regras convencionais de organização, os dicionários do século XX tinham um padrão da lexicografia tradicional com caráter prescritivo em seus verbetes, definições, dados gramaticais, entre outros. Diferentemente das obras lexicográficas do século passado, alguns dicionários publicados no século XXI como, por exemplo, o *Dicionário de Usos do Português do Brasil* de Francisco Borba (2002), propõe algo diferente dos anteriores.

Essa obra constrói o saber voltado para a funcionalidade da língua, levando em consideração a variedade de usos dos falantes. Apesar de os dicionários não alcançarem o mesmo prestígio das gramáticas, que são amplamente estudadas para concursos públicos, processos seletivos e em toda trajetória da educação básica, por exemplo, e embora a sua utilização seja restrita muitas vezes a consultas ortográficas ou de significação, eles exerceram um papel bem mais importante ao longo da história.

É um instrumento de conhecimento sobre a língua, a história e a cultura das civilizações, portanto, percebemos que o dicionário foi “elaborado numa perspectiva histórico-social, que representa a relação dos falantes com a língua e os diferentes modos de produzir conhecimento sobre ela” (DIAS; BEZERRA, 2010, p.30). Por conceber um extenso conjunto de dados sobre uma língua, o dicionário monolíngue assume um caráter metalinguístico que ampara o seu valor pedagógico, já que ele é “um lugar privilegiado de lições sobre a língua” (KRIEGER, 2012, p. 19 *apud* KRIEGER, 2020, p.16) e pode contribuir no ensino e aprendizagem de língua materna.

Graças ao potencial pedagógico das obras lexicográficas, originou-se e estabeleceu-se a Lexicografia Pedagógica. Partiu-se do princípio de que “assim como há livros didáticos adequados aos diferentes níveis de ensino, de igual modo, o professor deve proceder à escolha do dicionário adequado às necessidades dos alunos”. Sendo assim, passaremos ao próximo tópico, onde tomaremos o dicionário sob a perspectiva pedagógica.

### 3 A Lexicografia Pedagógica

A Lexicografia Pedagógica ou Didática é uma área que se propõe a analisar questões que dizem respeito às obras lexicográficas destinadas ao âmbito escolar, considerando o público-alvo e os princípios didáticos que regem a aprendizagem de uma língua, seja ela materna ou estrangeira. Duran e Xatara (2007), por exemplo, encaram a Lexicografia Pedagógica como uma espécie de especialização da Lexicografia, cujo foco está na produção de subsídios para o aprimoramento de dicionários, de modo que atendam às necessidades linguística-discursivas dos estudantes. Dessa forma, Krieger (2003) salienta o caráter pedagógico dos dicionários:

Entre tantas possibilidades, os denominados “dicionários de língua”, a mais prototípica das obras lexicográficas, ajudam a ler, a escrever, e a expressar-se bem, oferecendo-lhe informações sistematizadas sobre o léxico, seus usos e sentidos. Junto a isso, permitem-lhe saber da existência de algumas palavras, de como é escrita ou pronunciada e, por vezes, ainda o auxiliam a conhecer a origem dos vocábulos. Por tudo que contém, o dicionário é um lugar privilegiado de lições sobre a língua. Ao ser consultado, cumpre com sua missão didática, que está associada ao papel de código normativo, padrão referencial dos usos e sentidos das unidades lexicais de um idioma, que todo dicionário de língua desempenha (KRIEGER, 2003, p. 70-71).

Graças à Lexicografia Pedagógica, é possível obtermos aportes teóricos e práticos para melhor usufruto dos dicionários em sala de aula, visto que o “seu desenvolvimento é motivado pela concepção inicial de que todo e qualquer dicionário é um instrumento didático já que traz inúmeras informações sobre a língua e a cultura” (KRIEGER, 2012, p. 172). Além do mais, essas obras não são destinadas apenas aos estudantes, mas também a todos aqueles que sentem a necessidade de buscar informações relativas ao léxico e à semântica da língua. Como podemos observar nas palavras iniciais do *Dicionário Houaiss Conciso* (2011) e na proposta lexicográfica do *Dicionário Novíssimo Aulete* (2011), respectivamente:

O texto concentrou-se nas demandas escolares do público-alvo deste dicionário do Tipo 4, os alunos do 1º ao 3º ano do ensino médio, inclusive o profissionalizante – embora não

apenas naquelas, por, enfim, se trata de obra de utilidade geral (HOUAISS, 2001, VII).

[...] além de ter como escopo ser uma ferramenta útil ao estudante do ensino médio e pré-universitário na sua ampla diversidade, a obra visa também a um universo-alvo de universitários e de profissionais, sem esquecer o público em geral (AULETE, 2001, VII).

Por muito tempo, o dicionário foi deixado de lado em estantes de bibliotecas ou fadado à consulta esporádica. Isso se deu, talvez, pelo despreparo metodológico do docente, uma vez que a utilização do dicionário em sala de aula era escassa e, por isso, o instrumento não assumia a sua nítida importância no espaço escolar (DURAN; XATARA, 2007). Esse contexto era corroborado pelo fato de que esses profissionais não tiveram toda a fundamentação teórica e prática necessária como suporte nos cursos de licenciatura. Em decorrência disso, não houve formação adequada para os professores sob a perspectiva dos conhecimentos lexicográficos pedagógicos. Além do mais:

Muitos professores, no entanto, ainda condenam o uso de dicionários (principalmente o dos bilíngues) e, aqueles que não o fazem, procuram recomendar dicionários que estejam em sintonia com os preceitos da abordagem metodológica que adotam (DURAN; XATARA, 2007, p. 207).

Além disso, as instituições de ensino por muito tempo consideraram o dicionário de forma aleatória, como um instrumento que não necessitava de critérios de avaliação para fins didáticos. Como resultado, não se olhava com a devida atenção para o fato de que nem todas as obras são destinadas ao uso escolar. Não basta definir determinado dicionário como sendo escolar ou não. Há de se atentar, sobretudo, à sua função e o seu funcionamento na esfera escolar. Krieger (2012) elucida essa questão da seguinte forma:

Assim, a Lexicografia Pedagógica postula que não há apenas um dicionário escolar, mas dicionários destinados à escola. Igualmente, postula que a escolha do dicionário para uso na escola necessita estar relacionada com os distintos projetos de ensino/níveis de aprendizagem. Em consequência, é importante para a Lexicografia Pedagógica oferecer subsídios para tornar o uso do dicionário produtivo e orientado para o ensino e aprendizagem de línguas (KRIEGER, 2012, p.173).

Em relação à produção e à seleção de um instrumento lexicográfico que abranja as mais diversas necessidades pedagógicas dos estudantes, levando em conta o desenvolvimento cognitivo e o nível escolar do público-alvo, é indispensável que o docente conheça a realidade da classe e a proposta da obra lexicográfica. Nesse contexto, há de se observar que os verbetes, as definições e os exemplos de um dicionário escolar reservado ao Ensino Fundamental, não são abordados da mesma maneira que são nos dicionários destinados ao Ensino Médio, muito menos podem ser os mesmos utilizados em um dicionário geral ou de uso especializado.

Por muito tempo, as definições lexicais de obras utilizadas na escola pouco se diferenciavam daquelas que integravam outros materiais designado ao uso geral. Em virtude disso, não se considerava a diversidade linguística, muito menos o nível de linguagem do público-alvo, que, por sua vez, privilegiava os moldes canônicos da tradição literária (natureza prescritiva) em detrimento à língua corrente (natureza descritiva). Com o advento do PNLD Dicionários 2012, o critério de representação da língua voltou-se para o caráter descritivo, em que se:

[...] estabelece o registro léxico como resultado de pesquisa em grandes corpora constituídos por textos de diversos gêneros. O princípio de registro é o da frequência de uso e conseqüentemente da aceitabilidade dos usos lexicais, o que caracteriza as obras mais atuais, por vezes, denominadas de dicionários de usos. Nesse tipo, são frequentes também cortes temporais, pois se palavras novas são cunhadas cotidianamente, muitas outras caem desuso (KRIEGER, 2012, p. 173-174).

Para a Lexicografia Pedagógica, estabelecer o perfil do estudante é imprescindível, “pois podem ser usuários de um dicionário tanto alunos iniciantes na aprendizagem da língua materna, quanto alunos de nível médio e, ainda, os de nível mais avançado” (KRIEGER, 2012, p. 174). Nesse sentido, “a elaboração do dicionário deve, portanto, tal como um livro didático, levar em consideração essa diversidade de usuários e, conseqüentemente, suas necessidades e desafios de aprendizagem” (KRIEGER, 2012, p.174).

Nessa direção, é importante que o docente seja capaz de reconhecer qual o tipo de instrumento que dispõe da melhor proposta lexicográfica para atender às necessidades de desenvolvimento da aprendizagem dos

seus alunos, como também se ater às estratégias didáticas e metodológicas a serem mobilizadas para atender a esse propósito. No que concerne à elaboração de atividades pedagógicas voltadas para o desenvolvimento das competências dos estudantes, Krieger (2006) acrescenta que o PNL Dicionários tem como parâmetro:

[...] a preocupação em auxiliar o professor a conhecer cada tipo de obra e a utilizá-las produtivamente. Este é um apoio importante sobretudo porque, na quase totalidade dos casos, os docentes não possuem formação em lexicografia (KRIEGER, 2006, p.240).

Contudo, para a Lexicografia Pedagógica, não basta apenas que se reconheça a urgente necessidade de utilização de instrumentos lexicográficos na prática docente. É indispensável, além disso, que os professores disponham, em sua formação acadêmica, de estudos teóricos e práticos sobre a Ciência do Léxico, principalmente, a Lexicografia. Com base nessa conjuntura, Damin (2005, p.31) ressalta que:

No cenário brasileiro, a Lexicografia [...] e a Metalexicografia [...] não são consideradas como disciplinas na maioria dos cursos de graduação. [...] é uma tarefa que ainda precisa ser desenvolvida, especialmente para que os professores possam realizar suas atividades didáticas mais bem capacitados a utilizar dicionários em sala de aula.

Dessa forma, o docente quando bem capacitado consegue reconhecer o potencial do dicionário como importante instrumento didático-pedagógico, é capaz de compreender as especificidades do nível da turma, como também de analisar a obra mais adequada a fim de atender aos princípios e metas educacionais. Posto isso, o professor utilizará tais conhecimentos integrando-os às práticas de leitura e produção textual, explorando o potencial do dicionário à ampliação do enriquecimento vocabular. Assim, o estudante terá oportunidade de perceber a maneira como o dicionário distribui os verbetes por ordem alfabética, identificar aspectos iconográficos, compreender as abreviações, nomenclaturas, classificações, flexões, entre outras informações contempladas no material.

Convém enfatizar que a utilização do dicionário como ferramenta didática não deve ficar restrita às aulas de Língua Portuguesa. Já que os saberes ultrapassam os limites de cada campo disciplinar, é necessário compreender que a construção social e cognitiva dos alunos abrange todas as áreas de conhecimento. Levando em conta essa questão, Pontes (2009, p. 14) entende que:



Assim, os estudantes, em todas as áreas do conhecimento, aprenderão com o dicionário, não somente sobre a língua, mas também sobre conhecimentos enciclopédicos, científicos, ideológicos. Além do que os dicionários poderão assumir a função de ferramenta para ajudar os alunos a ler e a produzir seus textos, essenciais à comunicação no espaço escolar e em outras situações sociais.

Nessa circunstância, entende-se que as obras lexicográficas constituem conhecimentos variados, que podem ser trabalhados de diversas formas. Sendo assim, a *Lexicografia Pedagógica* traz subsídio teórico-metodológico para que os professores e alunos utilizem os dicionários de forma profícua. Com base nisso, políticas públicas foram elaboradas pelo Ministério da Educação para auxiliar na produção de material lexicográfico, bem como orientar os professores no exercício das propostas lexicográficas em sala de aula. Vejamos no próximo subtópico as contribuições do edital do PNLD Dicionários para o ensino de língua materna.

### **3.1 Contribuições do PNLD Dicionários para o ensino**

No Brasil, o avanço da produção lexicográfica destinada à escola foi altamente impulsionada pela compreensão do Ministério da Educação (MEC) de que os dicionários desempenham papel importante no aprendizado da língua materna. Isso foi determinante para sua inclusão no Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), traduzindo diretrizes de uma importante política pública, de âmbito nacional, no plano da lexicografia direcionada para a escola. A inclusão de dicionários para o ensino fundamental das escolas públicas nacionais vem desde 2001. No entanto, para o PNLD 2006, foram adotadas diretrizes inovadoras, ao abrir a inscrição de três tipos distintos de dicionários, assim formalizados no Edital (KRIEGER, 2012, p.174).

Como foi apontado por Krieger (2012), desde a implementação do primeiro PNLD Dicionários, em 2006, já se notaram avanços em relação à maneira de produção dos dicionários para fins didático-pedagógicos. O Ministério da Educação do Brasil, em 1985, criou o Programa Nacional do Livro Didático – PNLD, que foi “uma iniciativa de amplo impacto na educação, pois objetiva a escolha, aquisição e distribuição gratuita de livros didáticos para os alunos das escolas públicas do Ensino Fundamental” (KRIEGER, 2006, p.236).

Contudo, conforme a autora, foi a partir do ano de 2001 que o Programa passou a se atentar à lexicografia, selecionando e adquirindo dicionários para os estudantes. O edital mais recente, embora tenha 10 anos de publicação, é o PNLD Dicionários 2012, que destina obras lexicográficas não somente aos alunos do ensino fundamental, como também aos do ensino médio. Conforme Krieger (2006) há cinco critérios essenciais para o processo de aquisição e seleção de dicionários. São eles:

- a) Definição de uma tipologia de dicionários para a escola;
- b) Adoção do princípio de adequação entre tipo de obra e nível de aprendizagem do aluno;
- c) Criação de acervos lexicográficos para a sala de aula;
- d) Elaboração de manual do professor com orientações para conhecimento da estrutura das obras, bem como para um uso produtivo;
- e) Exigência de explicitação da proposta lexicográfica (KRIEGER, 2006, p.237).

Já se compreende, portanto, que não é qualquer material lexicográfico que pode ser reservado ao uso escolar. Posto isso, um bom dicionário deve atender às demandas educacionais, às necessidades específicas dos estudantes e obediência a alguns parâmetros efetivamente pedagógicos. Em virtude de tais pré-requisitos, o PNLD 2012 faz a divisão dos dicionários escolares em Tipos, em que cada conjunto de obras tem características condizentes aos propósitos educacionais de cada etapa escolar do estudante, como podemos ver na figura 1.

Figura 1 – Tipos de dicionários, etapa de ensino e suas características

Tipos de dicionários	Etapa de ensino	Caracterização
Dicionários de Tipo 1	1º ano do Ensino Fundamental	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Mínimo de 500 e máximo de 1.000 verbetes;</li> <li>• Proposta lexicográfica adequada às demandas do processo de alfabetização inicial.</li> </ul>
Dicionários de Tipo 2	2º ao 5º ano do Ensino Fundamental	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Mínimo de 3.000 e máximo de 15.000 verbetes;</li> <li>• Proposta lexicográfica adequada a alunos em fase de consolidação do domínio tanto da escrita quanto da organização e da linguagem típicas do gênero dicionário.</li> </ul>
Dicionários de Tipo 3	6º ao 9º ano do Ensino Fundamental	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Mínimo de 19.000 e máximo de 35.000 verbetes;</li> <li>• Proposta lexicográfica orientada pelas características de um dicionário padrão de uso escolar, porém adequada a alunos dos últimos anos do ensino fundamental.</li> </ul>
Dicionário de Tipo 4	1º ao 3º ano do Ensino Médio	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Mínimo de 40.000 e máximo de 100.000 verbetes;</li> <li>• Proposta lexicográfica própria de um dicionário padrão, porém adequada às demandas escolares do ensino médio, inclusive o profissionalizante.</li> </ul>

Fonte: PNLD Dicionários 2012 (p.19).

Além dos parâmetros de seleção e aquisição de dicionários escolares, o PNLD Dicionários também fornece “aos docentes subsídio teórico e metodológico para que lidem mais facilmente com os dicionários e avancem em possibilidade exploratória” (KRIEGER, 2006, p. 241). Essas medidas do Ministério da Educação impactaram positivamente no mercado editorial do Brasil. Podemos dizer que, atualmente, possuímos uma produção respeitável de dicionários, capaz de ofertar materiais adequados ao perfil do consulente e ao nível de aprendizagem. Krieger (2012, p.177) explica que esse percurso da Lexicografia no Brasil “é um caminho importante para o aperfeiçoamento da Lexicografia Pedagógica aplicada. Contudo, a circulação dessas obras ainda está restrita ao ensino público, merecendo maior divulgação”. Ainda sobre essa problemática da falta de divulgação, a autora acrescenta:

Junto à existência de uma produção lexicográfica mais qualificada, há também um avanço nos estudos de lexicografia pedagógica, mas que também circulam em âmbitos restritos. Muito pouco

de tudo isso tem chegado à escola, [...] é preciso então romper barreiras para que as finalidades teóricas e aplicadas da Lexicografia Pedagógica cumpram seu destino e fique mais evidente o potencial dos dicionários de língua como instrumentos didáticos (KRIEGER, 2012, p. 177).

Para o ensino de Língua Portuguesa, os dicionários podem ser utilizados para trabalhar alguns temas distintos nos planos de ensino como, por exemplo, “a) alfabetização e letramento; b) desenvolvimento da competência de leitura e de produção textual; c) descrição da língua”. Existem inúmeras possibilidades de exploração do dicionário em sala de aula, já que ele é “um lugar privilegiado de lições sobre a língua” (KRIEGER, 2012, p.179), mas para que haja uma utilização profícua do instrumento é importante que o professor seja capacitado ao ponto de conhecer bem as obras e o público a que se destina. Os estudos da Lexicografia Pedagógica, bem como o edital do PNLD Dicionários auxiliam nessa questão.

#### **4 Dicionários escolares como instrumento para a formação cidadã**

A Lexicografia Pedagógica nos ajuda a compreender as obras lexicográficas como um instrumento rico em informações sobre a língua. Portanto, em um ambiente escolar, o dicionário pode ser utilizado como ferramenta potencializadora do ensino e aprendizagem. Com base nisso, o dicionário também exerce uma função social que, como instrumento pedagógico, pressupõe uma formação cidadã. Segundo a parte introdutória da Base Nacional Comum Curricular - BNCC (2017, p.8), a Educação Básica nacional visa o desenvolvimento de competências nos alunos, de modo que eles possam “resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho”.

Isso revela uma preocupação quanto à prática dos direitos e deveres dos estudantes na sociedade. Esse ‘pleno exercício da cidadania’ implica na maneira como o indivíduo atua no seu contexto social, em que “a noção de cidadania, com direitos e deveres, e o reconhecimento da diversidade das sociedades pressupõem uma educação que estimule o convívio e o respeito entre os povos” (BRASIL, 2017, p. 404). Sendo assim, o Art 5º da Constituição Federal (1988) brasileira aponta que o direito à vida, à igualdade, à propriedade, à liberdade são direitos

garantidos por lei à sociedade<sup>1</sup>, além do direito de participar ativamente no destino do país por meio de atividades políticas como votar e ser votado<sup>2</sup>.

Exercer o papel de cidadão também inclui deveres como escolher os governantes do país, cumprir todas as leis e a Constituição Federal, proteger o meio ambiente e todo o patrimônio público e social do Brasil, respeitar os direitos das outras pessoas, fazer as contribuições tributárias e previdenciárias devidas, entre outros (BRASIL, 1988). Ainda sobre o que postula a BNCC (2017, p.81), ela prevê o desenvolvimento de competências nos estudantes que, de acordo com o documento oficial, criem condições para o “exercício da cidadania, que envolve, por exemplo, a condição de se inteirar dos fatos do mundo e opinar sobre eles, de poder propor pautas de discussão e soluções de problemas, como forma de vislumbrar formas de atuação na vida pública”. Além do mais,

[...] o componente curricular de Língua Portuguesa deve garantir aos estudantes o desenvolvimento de competências específicas. Vale ainda destacar que tais competências perpassam todos os componentes curriculares do Ensino Fundamental e são essenciais para a ampliação das possibilidades de participação dos estudantes em práticas de diferentes campos de atividades humanas e de pleno exercício da cidadania (BRASIL, 2017, p.86).

Com base nisso, compreendemos que materiais pedagógicos, como os dicionários escolares, atrelados a uma proposta pedagógica que vise o desenvolvimento pleno das competências e habilidades dos estudantes, podem contribuir significativamente na formação do aluno para o exercício da cidadania. À vista disso, o trabalho pedagógico e os instrumentos utilizados em sala de aula são estratégias que visam ensinar e exercitar o papel cidadão aos estudantes num ambiente democrático, fazendo com que eles tenham consciência dos seus direitos e deveres, que seu papel na sociedade é fundamental, e que eles possam exercer influência política e social.

E, fazendo um retrospecto ao que foi exposto no tópico 2.1, percebeu-se que, no processo de constituição e, principalmente, de

---

<sup>1</sup> “Art. 5º. Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País, a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade” (BRASIL, 1988, p.13).

<sup>2</sup> Art. 14º. A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos” (BRASIL, 1988, p.21).

independência do Brasil, as obras lexicográficas exerceram uma tarefa fundamental na consolidação da língua oficial brasileira. Pois, retornando a Nunes (2006), a dicionarização no Brasil tinha outros propósitos, além das que vinham sendo apresentadas até então pelos europeus, era necessária a produção de obras que representassem o povo e sua fala, isto é, que exprimissem a identidade do cidadão e da nação recém-criada. Portanto, uma nova formação discursiva passou a ser construída e, em virtude disso, uma história, identidade e cidadania eram estabelecidas por meio da língua brasileira.

Embora, atualmente, não seja mais uma das finalidades dos dicionários brasileiros o auxílio na consolidação de algo, contudo, outros objetivos surgiram ao longo do tempo. A necessidade agora está em garantir a manutenção das formações discursivas, da identidade do cidadão e do exercício da sua cidadania e, nessa conjuntura, a escola se mostra um propício local para o cumprimento desse propósito.

Nessa direção, Orlandi (2001b) revela que, na verdade, não se nasce cidadão, há uma busca pela cidadania. Com base nessa afirmação, é a escola responsável pela criação da representação do cidadão, “sendo a ciência [e produções científicas] um dos componentes dessa imagem” (ORLANDI, 2001b, p.160, grifo próprio), ou seja, as obras lexicográficas que são utilizadas pedagogicamente nas escolas são instrumentos científicos que ajudam a compor a imagem do cidadão. Partindo desse pressuposto, a escola, juntamente com os materiais pedagógicos, proporciona uma determinada formação discursiva e ideológica que constrói a representação do cidadão. Orlandi (2001b) ratifica da seguinte maneira:

A escola tem assim que “criar” a cidadania. Ela não reforça apenas algo que já estaria instalado na história social. Fica para a escola a construção da imagem do cidadão, sendo a ciência um dos componentes dessa imagem (ORLANDI, 2001b, p.159-160).

A autora ainda acrescenta que:

[...] a escola tem de fabricar a imagem da cidadania. E a ciência, no modo como o Estado a administra em suas políticas públicas, tem na escola um Lugar Institucional privilegiado. Lugar, como diz Foucault, em que se deveria ter o domínio das diferentes discursividades, o acesso às diferentes ordens de discurso (ORLANDI, 2001b, p.160).

Em outras palavras, a escola, ao construir a imagem da cidadania, faz uso de materiais científicos supervisionados pelo Estado, e as discursividades contidas nesses componentes científicos encontram um terreno fértil na sala de aula para se instaurar ideologicamente na formação discursiva do aluno. Portanto, cabe aí uma atenção quanto à utilização significativa dos dicionários. Pois, conforme a BNCC (2017, p. 321), “aprender ciência não é a finalidade última do letramento, mas, sim, o desenvolvimento da capacidade de atuação no e sobre o mundo, importante ao exercício pleno da cidadania”.

Nesse sentido, a Lexicografia Pedagógica e o PNLD Dicionários pavimentam o caminho com teorias, técnicas e métodos para que seja possível alcançar o objetivo de direcionar os alunos ao exercício pleno da cidadania mediante ao uso profícuo do dicionário escolar. Pois, retornando às palavras de Krieger (2003, p.70), “o dicionário é um lugar privilegiado de lições sobre a língua”. Sendo assim, os professores devem, assim, procurar explorar ao máximo as suas possibilidades de ensino, e não apenas utilizá-los para consultas esporádicas. Além de que, como já sabemos, tais obras são instrumentos histórico-sociais cujos discursos possuem silenciamentos, equívocos, esquecimentos etc., que influenciam diretamente na formação cidadã dos estudantes. Nesse sentido, é sempre importante que o professor estimule os alunos a refletir acerca das definições dadas pelos dicionários.

Entendendo o papel relevante que tem o dicionário em sala de aula, o Programa Nacional do Livro Didático – PNLD Dicionários (2012) apresenta princípios e critérios que norteiam a avaliação dos dicionários escolares de Língua Portuguesa distribuídos às escolas públicas, destinados aos alunos que cursam o ensino fundamental e médio. Um dos critérios principais salientados pelo edital mostra que as obras lexicográficas “devem contemplar toda a diversidade e complexidade do léxico, tanto em relação aos tipos de lexia quanto no que diz respeito às esferas discursivas” (BRASIL, 2012, p.94).

Como foi possível observar, o edital propõe que o material lexicográfico desenvolva no estudante, além do conhecimento linguístico, o conhecimento discursivo. Sob a perspectiva discursiva, o aluno compreenderá que “as palavras simples do nosso cotidiano já chegam até nós carregadas de sentidos que não sabemos como se constituíram e que, no entanto, significam em nós e para nós” (ORLANDI, 2001a, p.20). Ao nos depararmos com as questões discursivas nos dicionários, somos instigados a desenvolver um olhar mais crítico e analítico, pois

as entradas, as definições, os exemplos etc., ali expostas não devem ser meramente decodificadas.

As formações discursivas contidas no dicionário são efeitos de sentido gerados em circunstâncias determinadas, em que o que é dito nele, é dito em outros espaços, ou não é dito ou poderia ser dito e não foi, desse modo, o que está exterior ao texto também é constituinte dele. Utilizar o dicionário sob essa ótica nos permite interromper a ideia de neutralidade, pois nenhum discurso é neutro, ele é carregado de ideologia. Como pontua Orlandi (2000, p.111), “as palavras não são neutras, que a linguagem não é facilmente domesticável e de que, além de não termos controle sobre os sentidos, eles nos afetam e se representam de muitas maneiras, sendo a dicionarização um lugar importante em que isso se dá”.

As formações ideológicas são representadas no discurso, e conforme salientado por Orlandi (2001a, p.42), “podemos dizer que o sentido não existe em si, mas é determinado pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo sócio-histórico em que as palavras são produzidas”. Nesse sentido, o professor, como foi visto no fragmento do PNLD acima, deve realizar uma reflexão sobre as esferas discursivas contidas no dicionário, e não apenas observar questões de cunho linguístico. Desse modo, o educador deve sempre:

[...] estimular a autonomia de pensamento e a capacidade de reconhecer que os indivíduos agem de acordo com a época e o lugar nos quais vivem, de forma a preservar ou transformar seus hábitos e condutas. A percepção de que existe uma grande diversidade de sujeitos e histórias estimula o pensamento crítico, a autonomia e a formação para a cidadania (BRASIL, 2017, p. 400).

E, para cumprir tais propósitos, o dicionário escolar é uma ferramenta poderosa, já que é um produto sócio-histórico-cultural, e por meio dele é possível ter contato com as formações discursivas de uma dada sociedade numa determinada época, podendo ser utilizado em todas as áreas do conhecimento, que não apenas a disciplina de Língua Portuguesa, no objetivo de desenvolver o pensamento crítico, autônomo e cidadão do estudante em relação aos discursos postos ali promovendo um aprendizado mais eficiente.



## 5 Considerações finais

Com base no que foi apresentado neste artigo, observamos que o surgimento dos dicionários se deu pela necessidade de as civilizações concretizarem um saber sobre o mundo, quer dizer, um saber cultural, histórico, religioso etc. Esse saber materializado foi útil para estudar a própria língua, como também uma outra, e, em um dado momento da história, serviu também para fins de colonização.

O dicionário, como já vimos, teve papel preponderante desde o processo de formação de uma identidade nacional até o processo de manutenção da cidadania, esse fato reitera a premissa de que ele é um instrumento histórico-social e “cultural que remete tanto à língua como à cultura” (BIDERMAN, 1984, p. 28). Nesse contexto, fazer um uso eficiente de obras lexicográficas permite compreender a maneira como elas produzem sentidos em certas conjunturas, e como esses sentidos afetam a formação discursiva, por consequência a formação cidadã dos estudantes.

Desse modo, os professores devem fazer uso desse instrumento levando em consideração as múltiplas possibilidades de ensino e aprendizagem que a materialidade discursiva das obras lexicográficas escolares proporciona, e que auxilia na formação e representação do aluno enquanto cidadão. Ademais, a utilização dos dicionários em sala de aula demanda um olhar crítico, já que há inúmeras possibilidades de leituras das definições, e, uma vez tendo consciência disso, os professores poderão elaborar aulas muito mais significativas para o processo de aprendizagem linguístico e social dos estudantes.

## Referências

- AULETE, C. *Dicionário contemporâneo da Língua Portuguesa*. GEIGER, P. (org.) Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.
- AUROUX, S. *A revolução tecnológica da gramatização*. Campinas: Editora da Unicamp, 3ªed, 2014.
- BIDERMAN, M. T. C. O dicionário padrão da Língua. *ALFA: Revista de Linguística*, São Paulo, v. 28, n. 1, p. 27-43, 1984. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/alfa/article/view/3677>.
- BIDERMAN, M. T. C. O Léxico: o léxico se relaciona com o processo de nomeação e com a cognição da realidade. In: OLIVEIRA, A. M. P. P.; ISQUERDO, A. N. (orgs.). *As Ciências do Léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia*. 2. ed. Campo Grande: Ed. UFMS, 2001. p. 13-22.

BORBA, F. da S. *Dicionário de usos do português do Brasil*. São Paulo: Editora Atica, 2002.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL (BNCC). Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília: MEC/SEB, 2017.

BRASIL (PNLD). Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. *Com direito à palavra: dicionários em sala de aula*. Brasília: MEC/SEB, 2012.

DAMIM, C. P. *Parâmetros para uma avaliação escolar*. 2005. 230 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Faculdade de Letras. Universidade do Estado do Rio Grande do Sul, 2005.

DIAS, L. F.; BEZERRA, M. A. Gramática e Dicionário. In: GUIMARÃES, E; ZOPPI-FONTANA (orgs.). *Introdução às ciências da linguagem: a palavra e a frase*. Campinas: Pontes Editores, 2010. p. 27-30.

DURAN, M. S.; XATARA, C. M. Lexicografia Pedagógica: atores e interfaces. *Delta: Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada*, São Paulo, v. 23, n. 2, p. 203-222, 2007. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/delta/article/view/30294>.

HOUAISS, I. A. (org.). *Dicionário Houaiss Conciso*. São Paulo: Moderna, 2011.

KRIEGER, M. da G. Dicionário de língua: um instrumento didático pouco explorado. In: TOLDO, C. S. (org.) *Questões de Linguística*. Passo Fundo: UPF Editora, 2003. p. 70-87.

KRIEGER, M. da G. Dicionários escolares e ensino de língua materna. *Estudos linguísticos*, São Paulo, v. 12, n. 4, p. 169-180, 2012. DOI: <https://doi.org/10.14393/DL36-v12n4a2018-3>

KRIEGER, M. da G. Lexicografia: a dicionarização do léxico. In: RODRIGUES-PEREIRA, R.; COSTA, D. S. S. (orgs.). *Estudos em lexicografia: aspectos teóricos e práticos*. Campinas: Pontes Editores, 2020. p. 16-27.

KRIEGER, M. da G. Políticas públicas e dicionários para escola: o Programa Nacional do Livro Didático e seu impacto sobre a lexicografia didática. *Cadernos de tradução: Tradução e lexicografia pedagógica*, Florianópolis, v.2, n. 18, p. 235-252, 2006.

NUNES, J. H. *Dicionários no Brasil: análise e história do século XVI ao XIX*. Campinas: Pontes Editores, 2006.

ORLANDI, E. P. *Análise de discurso: princípios & procedimentos*. Campinas: Pontes Editores, 3ª ed. 2001a.

ORLANDI, E. P. *Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos*. Campinas: Pontes, 2001b.

ORLANDI, E. P. Lexicografia Discursiva. *ALFA: Revista de Linguística*, São Paulo, v.44, p. 97-114, 2000. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/alfa/article/view/4201>.

PONTES, A. L. *Dicionário para uso escolar: o que é e como se lê*. Fortaleza: EDUECE, 2009.